



CÂMARA MUNICIPAL DE BOITUVA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Computador doutor

No primeiro dia do ano, o periódico científico *Nature* apresentou estudo que amplia a confiança na aplicação de inteligência artificial (IA) ao campo de diagnósticos médicos. A tecnologia não vai revolucionar a prática clínica do dia para a noite, mas seria ingênuo duvidar que ganhe papel crescente.

O trabalho diz respeito à interpretação de mamografias, principal exame para detectar câncer de mama. Comparou-se o desempenho de um sistema computadorizado com o de seis radiologistas especializados na busca de tumores precoces, ambos utilizando bancos com casos de quase 29 mil mulheres no Reino Unido e nos EUA.

O discernimento do computador não fez feio na comparação com os resultados obtidos pelos olhos e pela massa cinzenta de especialistas humanos. O programa logrou 5,7% menos falsos positivos e 9,4% menos falsos negativos, no caso das imagens americanas, e 1,2% e 2,7%, respectivamente, no tocante às britânicas.

A diferença entre os desempenhos com os dois conjuntos de dados pode ser atribuída à peculiaridade de, no Reino Unido, cada mamografia ser interpretada por dois radiologistas – e eventualmente um terceiro, caso haja necessidade de arbitrar divergências.

O estudo contou com financiamento do Google Health e colaboração de vários hospitais e instituições acadêmicas nos dois países.

Apesar da proeza, ninguém arriscaria prognosticar, por isso, que computadores substituirão em pouco tempo o especialista de carne e osso. Parece certo, por outro lado, que há neles potencial para diminuir a carga de trabalho de profissionais de saúde, em especial nos lugares em que haja carência deles.

No Brasil, realizaram-se em 2018 quase 2,5 milhões de mamografias, exame que o Ministério da Saúde recomenda, de dois em dois anos, para mulheres entre 50 e 69 anos. Apesar disso, há longas filas de espera no SUS, seja por falta de especialistas ou de aparelhos.

Estima-se que surjam a cada ano 60 mil novos casos de tumor de mama no país. Detectados precocemente, são tratáveis, resultando em longa sobrevida para as pacientes. Ainda assim, a modalidade da doença permanece como primeira causa de morte por câncer entre mulheres, com 16 724 óbitos em 2017.

Mamógrafos móveis, transmissão de imagens e – por que não? – inteligência artificial podem ser poderosos aliados tecnológicos.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*. 04.01.2020. Adaptado)

01. No editorial, é defendido o ponto de vista de que

- (A) a pressa de periódicos científicos em apresentar estudos sem resultados conclusivos concorre para o aumento da descrença nesse tipo de publicação.
- (B) o emprego da inteligência artificial para diagnósticos médicos deve ser interrompido, em vista das muitas dúvidas que ainda pairam sobre a sua eficácia.
- (C) a falta de especialistas capacitados para operar os sistemas computadorizados de realização de exames inviabiliza o uso dessas tecnologias em curto prazo.
- (D) o alto custo para capacitar especialistas em interpretação de mamografias justifica a substituição desses profissionais por sistemas computadorizados.
- (E) os computadores vêm em auxílio dos especialistas médicos para que possam realizar melhor o seu trabalho e ampliar sua capacidade de atendimento.

Para responder às questões de números **02** e **03**, considere a passagem do primeiro parágrafo:

- A tecnologia não vai revolucionar a prática clínica do dia para a noite, mas seria ingênuo duvidar que ganhe papel crescente.

02. No desenvolvimento do texto, a ideia de que “A tecnologia não vai revolucionar a prática clínica do dia para a noite” é

- (A) refutada, no 2º parágrafo, ao se comparar o desempenho de especialistas em tumores precoces na interpretação de dados ao de um sistema computadorizado.
- (B) contestada, no 4º parágrafo, a partir da informação sobre a diferença quanto ao estágio de desenvolvimento e aplicabilidade dessa técnica nos EUA e no Reino Unido.
- (C) reforçada, no 5º parágrafo, com a informação de que, inicialmente, a aplicação de tal tecnologia estará restrita aos hospitais e instituições acadêmicas nos EUA e Reino Unido.
- (D) reiterada, no 6º parágrafo, com o posicionamento de que ninguém arriscaria vaticinar que computadores substituirão, em pouco tempo, especialistas humanos.
- (E) posta em dúvida, no 7º parágrafo, com a introdução da informação de que existem longas filas de espera no SUS, por falta de especialistas ou de aparelhos.

03. No contexto da passagem, por meio da frase "... mas seria ingênuo duvidar que ganhe papel crescente.", o editorial
- (A) explica por que considera ingenuidade crer que a tecnologia possa revolucionar a prática clínica.
 - (B) opõe-se a eventuais dúvidas em relação à importância gradativa da tecnologia para a prática clínica.
 - (C) conclui que a prática clínica efetivamente não pode ser transformada paulatinamente pela tecnologia.
 - (D) opõe-se à expectativa de que o emprego da tecnologia possa ter relevância para a prática clínica.
 - (E) reitera a dúvida quanto à ideia de que a prática clínica possa sucumbir à tecnologia em curto prazo.

04. Caracteriza-se pelo emprego de linguagem em sentido figurado a seguinte passagem do texto:

- (A) No primeiro dia do ano, o periódico científico *Nature* apresentou estudo que amplia a confiança na aplicação de inteligência artificial...
- (B) Comparou-se o desempenho de um sistema computadorizado com o de seis radiologistas especializados na busca de tumores precoces...
- (C) O discernimento do computador não fez feio na comparação com os resultados obtidos pelos olhos e pela massa cinzenta de especialistas humanos.
- (D) O estudo contou com financiamento do Google Health e colaboração de vários hospitais e instituições acadêmicas nos dois países.
- (E) No Brasil, realizaram-se em 2018 quase 2,5 milhões de mamografias, exame que o Ministério da Saúde recomenda...

05. Considere as frases:

- O programa **logrou** 5,7% menos falsos positivos e 9,4% menos falsos negativos... (3º parágrafo)
- A diferença entre os desempenhos com os dois conjuntos de dados pode ser atribuída à **peculiaridade**... (4º parágrafo)

Os termos destacados têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente:

- (A) alcançou; particularidade.
- (B) objetivou; trivialidade.
- (C) recomendou; especificidade.
- (D) prescreveu; singularidade.
- (E) comprovou; individualidade.

06. No segmento "... seja **por** falta de especialistas ou de aparelhos.", o termo destacado expressa a noção de

- (A) finalidade.
- (B) oposição.
- (C) origem.
- (D) modo.
- (E) causa.

07. A reescrita do trecho destacado "**Detectados precocemente**, são tratáveis, resultando em longa sobrevivência para as pacientes." preserva a relação de sentido que estabelece com o restante do enunciado em:

- (A) Desde que sejam detectados precocemente...
- (B) Ainda que sejam detectados precocemente...
- (C) À proporção que forem detectados precocemente...
- (D) Assim como são detectados precocemente...
- (E) Para que sejam detectados precocemente...

Considere a passagem do 4º parágrafo para responder às questões de números 08 e 09:

- ... pode ser atribuída à peculiaridade de, no Reino Unido, cada mamografia ser interpretada por dois radiologistas – e eventualmente um terceiro, caso haja necessidade de arbitrar divergências.

08. Em conformidade com a norma-padrão de pontuação da língua portuguesa, nessa passagem, o seguinte termo pode ser isolado por duas vírgulas:

- (A) atribuída.
- (B) peculiaridade.
- (C) interpretada.
- (D) eventualmente.
- (E) arbitrar.

09. Assinale a alternativa em que a reescrita da frase "... caso haja necessidade de arbitrar divergências." atende à norma-padrão de concordância da língua portuguesa.

- (A) ... caso arbitrar divergências sejam necessário.
- (B) ... caso se faça necessário arbitrar divergências.
- (C) ... caso arbitrar divergências tornem-se uma necessidade.
- (D) ... caso o arbítrio de divergências tornem-se necessário.
- (E) ... caso sejam necessárias arbitrar divergências.

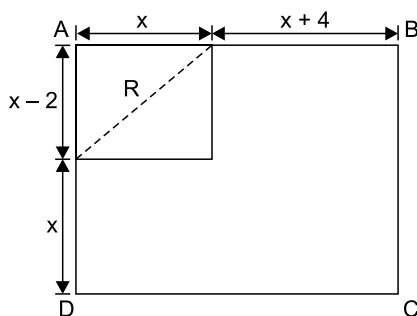
10. A publicação da *Nature* apresenta a possibilidade _____ a inteligência artificial venha a ser uma realidade no campo dos diagnósticos médicos. Mas essa realização _____ o estudo refere-se não surgirá do dia para a noite. Os especialistas humanos continuam por trás desse tipo de atendimento, razão _____ ainda não se pode afirmar que os computadores _____ substituirão em pouco tempo.

Em conformidade com a norma-padrão de regência da língua portuguesa, as lacunas do trecho escrito a partir do texto original devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) de que ... à qual ... pela qual ... os
- (B) em que ... da qual ... pela qual ... os
- (C) que ... a qual ... a qual ... lhes
- (D) de que ... da qual ... pela qual ... lhes
- (E) que ... a qual ... à qual ... os

11. Em um lote de 240 peças, 70% estão perfeitas. Algumas peças com defeitos mais graves foram descartadas e retiradas do lote, e, desse modo, as peças perfeitas passaram a representar 80% das peças restantes no lote. O número de peças retiradas do lote foi
- (A) 20.
 (B) 24.
 (C) 28.
 (D) 30.
 (E) 42.
12. Jarbas verificou o número de questões de uma prova e o tempo total estipulado para a sua realização e concluiu que, se gastar 3 minutos e 30 segundos para resolver cada questão, terminará a resolução de todas as questões 44 minutos antes do horário limite. Para que pudesse gastar 5 minutos para resolver cada questão, o horário limite teria que ser aumentado em mais 22 minutos. O tempo total estipulado para a realização dessa prova era de
- (A) 2 horas e 18 minutos.
 (B) 2 horas e 42 minutos.
 (C) 3 horas e 18 minutos.
 (D) 3 horas e 42 minutos.
 (E) 3 horas e 48 minutos.

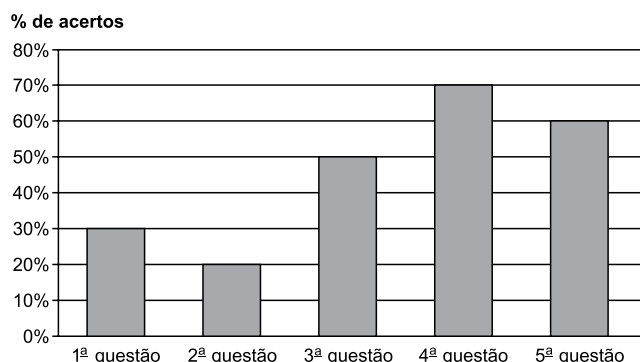
13. Na figura, com dimensões indicadas em centímetros, ABCD é uma placa metálica retangular, na qual se destaca uma região retangular R.



Se o perímetro da placa retangular ABCD é 68 cm, então a medida da diagonal da região retangular R, indicada pela linha pontilhada na figura, é igual a

- (A) 5 cm.
 (B) 6 cm.
 (C) 8 cm.
 (D) 10 cm.
 (E) 12 cm.

14. Uma prova continha cinco questões objetivas, numeradas de 1 a 5, em que cada resposta correta valia 2 pontos, sendo a nota final da prova de cada candidato dada pela soma dos pontos de cada questão respondida corretamente. A tabela mostra a porcentagem de respostas corretas obtidas em cada questão.



De acordo com a tabela, a média aritmética das notas obtidas nessa prova foi

- (A) 4,6.
(B) 4,8.
(C) 5,0.
(D) 5,2.
(E) 5,4.
15. Um corretor faz plantões em uma imobiliária de quatro em quatro dias, independentemente de ser sábado, domingo ou feriado. Sabe-se que o primeiro plantão foi feito em um domingo, o segundo na quinta-feira seguinte, e assim sucessivamente. Nessas condições, o oitavo plantão desse corretor ocorreu em
- (A) um sábado.
(B) um domingo.
(C) uma segunda-feira.
(D) uma terça-feira.
(E) uma quarta-feira.
16. Certo concurso público teve um total de n candidatos inscritos. Sabe-se que há 48 mulheres (M) a mais que o número de homens (H), e que n corresponde a 2,2 H. Desse modo, o valor de n é
- (A) 486.
(B) 524.
(C) 528.
(D) 542.
(E) 548.

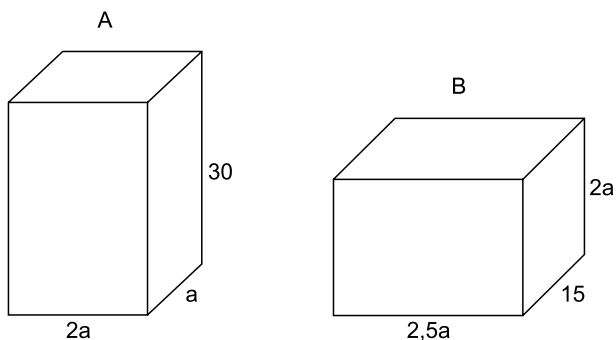
17. O Controle de Qualidade de uma empresa deve testar 72 peças produzidas pela máquina L, 84 peças produzidas pela máquina M e 108 peças produzidas pela máquina N e, para obter eficiência operacional, decidiu dividir todas as peças em grupos com a mesma quantidade de peças em cada um, de modo que cada grupo tenha somente peças produzidas pela mesma máquina, e que o número de grupos formados seja o menor possível. Nessas condições, o número total de grupos formados será igual a

- (A) 12.
- (B) 15.
- (C) 18.
- (D) 20.
- (E) 22.

18. O valor total da conta de um jantar de confraternização seria dividido igualmente entre três amigos. Entretanto, um deles pôde participar somente com a metade do valor inicialmente previsto e, dessa forma, os outros dois arcaram com o valor restante, dividindo-o em duas partes iguais. Cada uma dessas duas partes corresponde, do valor total da conta, a

- (A) $\frac{3}{8}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{5}{12}$
- (D) $\frac{3}{7}$
- (E) $\frac{4}{9}$

19. Uma máquina industrial iniciou a produção diária de certa peça com 45 litros de óleo diesel no seu reservatório de combustível. Sabe-se que essa máquina consome 4 litros de óleo diesel a cada 4 200 unidades produzidas. Nessas condições, após produzir 36 225 unidades, o número de litros de óleo diesel que restará no reservatório é igual a
- (A) 12.
(B) 10,5.
(C) 10.
(D) 8,5.
(E) 8.
20. Considere dois blocos, A e B, ambos com formato de paralelepípedo reto retângulo, cujas medidas de comprimento, largura e altura, em centímetros, estão indicadas por $2a$, a , 30 e $2,5a$, 15 , $2a$, respectivamente, conforme figuras.



Se 3600 cm^3 correspondem a $\frac{3}{5}$ do volume total do bloco

A, então o volume do bloco B é igual a

- (A) 7250 cm^3 .
(B) 7500 cm^3 .
(C) 7800 cm^3 .
(D) 8000 cm^3 .
(E) 8250 cm^3 .

LEGISLAÇÃO

- 21.** A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.
- (A) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - (B) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
 - (C) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
 - (D) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (E) A lei não poderá, em qualquer situação, restringir a publicidade dos atos processuais.
- 22.** Francisco completou 60 (sessenta) anos e deseja utilizar os transportes coletivos urbanos de forma gratuita. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que o desejo de Francisco
- (A) deverá ser atendido, pois aos maiores de 60 (sessenta) anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos e interurbanos.
 - (B) não poderá ser atendido imediatamente, pois apenas aos maiores de 70 (setenta) anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
 - (C) somente será atendido quando completar 65 (sessenta e cinco) anos e se houver a comprovação de que ele é pobre na forma da lei.
 - (D) deverá ser atendido, pois aos maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
 - (E) não poderá ser atendido, pois somente aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- 23.** Mário, servidor público do Município de Boituva, completou quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no Município e deseja fazer jus à licença-prêmio por assiduidade. Considerando o disposto no Estatuto do Servidor Público de Boituva, é correto afirmar que
- (A) a Mário não será concedida licença-prêmio se, no período aquisitivo, ele tiver sofrido pena de suspensão.
 - (B) caso Mário possua faltas injustificadas de até 15 (quinze) dias, estas retardarão a concessão da licença-prêmio na proporção de 03 (três) meses para cada falta.
 - (C) Mário deverá aguardar em disponibilidade a concessão da licença-prêmio, e será permitida a acumulação de tal licença.
 - (D) a concessão da licença-prêmio dependerá de novo ato, caso Mário não inicie o seu gozo no prazo máximo de 07 (sete) dias após a publicação do ato que a deferiu.
 - (E) será concedida a licença-prêmio a Mário ainda que ele tenha se afastado do cargo em virtude de faltas injustificadas superiores a 15 (quinze) dias.
- 24.** De acordo com o Estatuto do Servidor Público de Boituva, o exercício do cargo deverá, obrigatoriamente, ter início no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias corridos, contados da data da posse.
 - (B) 10 (dez) dias úteis, contados da data da posse.
 - (C) 07 (sete) dias úteis, contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração.
 - (D) 30 (trinta) dias úteis, contados da data da publicação oficial do ato no caso de reversão.
 - (E) 05 (cinco) dias corridos, contados da data da posse.
- 25.** Suponha que Leonardo, servidor público do Município de Boituva, sem justa causa, deixou de se submeter a exame médico determinado por autoridade. Considerando o disposto no Estatuto do Servidor Público de Boituva, a Leonardo poderá ser aplicada a pena de
- (A) suspensão, que não excederá a 30 (trinta) dias e prescreverá em 05 (cinco) anos, a contar do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.
 - (B) advertência, que prescreverá em 02 (dois) anos, começando o prazo prescricional a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.
 - (C) suspensão, que não excederá a 90 (noventa) dias e prescreverá em 02 (dois) anos, a contar do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.
 - (D) repreensão, aplicada por escrito, que prescreverá em 05 (cinco) anos, e a prescrição será interrompida pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.
 - (E) demissão, que prescreverá em 02 (dois) anos, e a autoridade competente para aplicar tal penalidade é o secretário.

26. No Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, os sufixos .DOCX, .XLSX, .PPTX e .PDF representam

- (A) extensões de nomes de arquivos.
- (B) mensagens de erro.
- (C) instruções de linha de comando.
- (D) sites da internet.
- (E) telas de configuração do sistema.

27. Ao digitar um texto no Microsoft Word 2010, em sua configuração padrão, um usuário notou que uma palavra foi automaticamente destacada com sublinhado vermelho ondulado. Isso indica que

- (A) o texto contém erros gramaticais, como concordância de gênero e número.
- (B) a palavra deve ser grafada utilizando somente letras maiúsculas.
- (C) outra pessoa está editando o documento simultaneamente.
- (D) a palavra não consta no dicionário configurado, o que possivelmente representa um erro ortográfico.
- (E) as últimas alterações realizadas no documento ainda não foram salvas.

28. Ao receber uma mensagem de correio eletrônico, João notou que seu e-mail (joao@empresa.com) e o de Maria (maria@empresa.com) estavam listados no campo "Para", e o de seu gerente (gerente@empresa.com) estava listado no campo "CC" (com cópia).

Tal constatação indica que

- (A) somente gerente@empresa.com pode responder a mensagem.
- (B) joao@empresa.com, maria@empresa.com e gerente@empresa.com podem responder a mensagem.
- (C) somente joao@empresa.com e maria@empresa.com podem responder a mensagem.
- (D) somente joao@empresa.com pode responder a mensagem.
- (E) somente maria@empresa.com e gerente@empresa.com podem responder a mensagem.

29. No Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, para que as células copiadas na figura A preencham corretamente a coluna "Idade", como demonstrado na figura B, é necessário:

Figura A

	A	B	C	D	E	F
1	Nome	Idade				
2	João					
3	Maria		35	15	26	31
4	Pedro					
5	Gabriel					

Figura B

	A	B	C	D	E	F
1	Nome	Idade				
2	João	35				
3	Maria	15	35	15	26	31
4	Pedro	26				
5	Gabriel	31				

- (A) selecionar a célula A1, clicar em "Colar" > "Colar Especial..." e marcar a opção "Ignorar em branco".
- (B) utilizar, em B2, a fórmula =PROCH(A2;\$C\$3:\$F\$3;1;FALSE), replicando esta para as células abaixo.
- (C) selecionar a célula B2, clicar em "Colar" > "Colar Especial..." e marcar a opção "Transpor".
- (D) clicar com o botão direito do mouse na célula B2, clicar em "Formatar células..." e selecionar a opção "Vertical".
- (E) clicar com o botão direito do mouse na célula B2, clicar em "Formatar células..." e, na aba "Alinhamento", selecionar a opção "Quebrar texto automaticamente".

30. Após o usuário clicar em um link de uma página da Internet, o navegador exibiu a mensagem "Erro 404 – Página não encontrada". Isso mostra que

- (A) o buscador não encontrou o termo procurado.
- (B) a conexão de internet está indisponível, pois o link não foi acessado.
- (C) o programa necessário para abrir o link não está instalado.
- (D) o download da página não foi concluído, por isso não foi encontrada.
- (E) o link está quebrado, pois encaminhou para um endereço indisponível.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Entre os princípios orçamentários estabelecidos nas normas brasileiras de contabilidade pública, encontra-se aquele que determina a publicação dos relatórios sobre a execução orçamentária e a disponibilização, para qualquer pessoa, das informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa. Trata-se do princípio
- (A) da transparência.
 - (B) da publicidade.
 - (C) da universalidade.
 - (D) da moralidade.
 - (E) da não exclusividade.
32. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de um determinado município, constou um artigo permitindo a abertura de crédito suplementar até determinado valor. Tal caso constitui uma exceção ao princípio orçamentário da
- (A) legalidade.
 - (B) continuidade.
 - (C) unidade.
 - (D) exclusividade.
 - (E) anualidade.
33. De acordo com a Portaria MOG nº 42/1999, o modelo de orçamento público que identifica as despesas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais é conhecido como orçamento
- (A) base zero.
 - (B) participativo.
 - (C) por desempenho.
 - (D) programa.
 - (E) incremental.
34. Na classificação funcional do orçamento público brasileiro, a subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar
- (A) a área de atuação do setor público.
 - (B) as principais diretrizes de governo.
 - (C) a forma de se alcançarem os objetivos dos projetos.
 - (D) um conjunto de operações que criem infraestrutura para novas atividades.
 - (E) a natureza da atuação governamental.
35. Conforme disposto no §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, é considerado recurso disponível para fins de abertura de créditos suplementares e especiais
- (A) o *superávit* primário apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
 - (B) o resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.
 - (C) o resultado fiscal acima da linha.
 - (D) o saldo orçamentário obtido no processo licitatório.
 - (E) o destinado às despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
36. Dos diferentes instrumentos de planejamento que integram a gestão orçamentária pública no Brasil, principalmente a partir de 1988, cabe a função de fixar as prioridades e metas da administração pública, bem como dos critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, à
- (A) Lei que institui o Plano Plurianual – PPA.
 - (B) Lei de Orçamento Anual – LOA.
 - (C) Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
 - (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
 - (E) Lei de Planejamento Estratégico – LPE.
37. São classificadas como despesas de exercícios anteriores:
- (A) os restos a pagar com prescrição interrompida.
 - (B) as despesas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
 - (C) as despesas que foram processadas na época própria, cujo empenho tenha sido considerado suficiente.
 - (D) os compromissos reconhecidos durante o exercício, somente com o empenho liquidado no ano seguinte.
 - (E) a insuficiência de dotação orçamentária no exercício correspondente.
38. Considere os seguintes fatos contábeis:
- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.200,00.
 - Empenho da despesa corrente no valor de R\$ 900,00.
 - Liquidação da despesa corrente no valor de R\$ 800,00.
- É correto afirmar que, na situação descrita, o *superávit* financeiro será de
- (A) R\$ 400,00.
 - (B) R\$ 100,00.
 - (C) R\$ 1.200,00.
 - (D) R\$ 0,00.
 - (E) R\$ 300,00.

39. O empenho de uma despesa pública deverá ser anulado quando
- (A) o objeto do contrato tiver sido emitido incorretamente.
 - (B) o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada.
 - (C) o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada.
 - (D) o valor da despesa não possa ser determinado previamente.
 - (E) o valor da despesa contratual não for parcelado.
40. A execução da despesa orçamentária começa com o ato do empenho e deve provocar a
- (A) redução do orçamento vigente.
 - (B) verificação do direito adquirido.
 - (C) redução da disponibilidade orçamentária.
 - (D) inscrição em restos a pagar.
 - (E) redução da dotação orçamentária.
41. São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias as receitas obtidas por
- (A) depósitos em caução.
 - (B) contratação de empréstimos obtidos junto a entidades privadas.
 - (C) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (D) emissão de papel moeda.
 - (E) fianças.
42. As etapas da receita orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/2000, podem ser assim especificadas:
- (A) previsão, arrecadação, liquidação e contabilização.
 - (B) contabilização, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - (C) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - (D) arrecadação, contabilização, lançamento e liquidação.
 - (E) lançamento, arrecadação, liquidação e contabilização.
43. A etapa da execução da receita orçamentária que respeita o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa é a
- (A) da liquidação.
 - (B) da previsão.
 - (C) do lançamento.
 - (D) do recolhimento.
 - (E) da contabilização.
44. Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, como é o caso da receita
- (A) de operação de crédito.
 - (B) de prestação de serviços.
 - (C) obtida com aplicação de multas.
 - (D) de impostos indiretos.
 - (E) obtida com aplicações financeiras.
45. São considerados vários tipos de receitas orçamentárias para fins de apuração da receita corrente líquida (RCL), de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), **exceto**
- (A) os valores pagos e recebidos da receita agropecuária.
 - (B) a receita corrente própria das autarquias e fundações.
 - (C) as receitas patrimoniais.
 - (D) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.
 - (E) a receita obtida com a venda de produtos industriais.
46. Com relação aos dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64 que tratam da concessão de suprimentos de fundos, é correto afirmar que o regime de adiantamentos
- (A) dispensa a obrigatoriedade de licitação.
 - (B) não concede recursos para servidores em estágio probatório.
 - (C) é aplicável a qualquer tipo de despesa.
 - (D) é aplicável a despesas urgentes, sem prévio empenho.
 - (E) é aplicável a servidor declarado em alcance.
47. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas com objetivo de
- (A) uniformizar a contabilidade das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
 - (B) permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
 - (C) uniformizar o nível de comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal e seus reflexos.
 - (D) padronizar as contribuições sociais para a seguridade do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
 - (E) garantir contratações de operação de crédito junto às agências internacionais.

48. Em um determinado período de apuração, a receita orçamentária e a receita corrente líquida de um determinado Estado da Federação foram R\$ 300 milhões e R\$ 270 milhões, respectivamente. Tendo como referência as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as despesas com pessoal do Poder Legislativo não poderiam ultrapassar

- (A) R\$ 5,4 milhões.
- (B) R\$ 10,3 milhões.
- (C) R\$ 16,2 milhões.
- (D) R\$ 132,3 milhões.
- (E) R\$ 8,1 milhões.

49. Para municípios com menos de cinquenta mil habitantes, o prazo para divulgação do Relatório de Gestão Fiscal é

- (A) mensal.
- (B) semestral.
- (C) anual.
- (D) bimestral.
- (E) trimestral.

50. Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:

- (A) multas e juros de mora.
- (B) alienação de bens móveis e contribuições sociais.
- (C) *superávit* financeiro e receita industrial.
- (D) *superávit* financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.
- (E) imposto sobre exportação e IPVA.

51. No Balanço Patrimonial, o passivo financeiro corresponde

- (A) aos créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e aos valores numerários.
- (B) às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas.
- (C) às dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- (D) às obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais.
- (E) às obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

52. A modalidade licitatória que não se aplica em obras, que não há limite de valor e o tipo de licitação é sempre o menor preço denomina-se:

- (A) dispensa.
- (B) concorrência.
- (C) pregão.
- (D) convite.
- (E) concurso.

Considere as tabelas a seguir, que apresentam informações hipotéticas da execução orçamentária e financeira divulgadas por um município paulista, não tendo sido inscritas despesas em restos a pagar no final do ano, para responder às questões de números 53 a 55.

Receitas arrecadadas	Valor em R\$ mil
Aluguéis	700
Contribuições dos servidores ao RPPS	600
Cota-parte do FPM	5.200
IPTU	13.700
ISS	9.200
Operações de crédito	5.800
Taxas	3.500
Vendas de imóvel	1.100

Despesas empenhadas	Valor em R\$ mil
Amortização de empréstimos	5.000
Aquisição de ambulância	200
Juros e encargos da dívida	1.700
Material de consumo	7.000
Obras e instalações	4.200
Pessoal e encargos – Poder executivo	18.700
Pessoal e encargos – Poder legislativo	2.100

53. Considerando as receitas e despesas correntes das tabelas, o resultado obtido foi

- (A) deficitário em R\$ 3.200 mil.
- (B) superavitário em R\$ 3.400 mil.
- (C) superavitário em R\$ 5.500 mil.
- (D) deficitário em R\$ 1.800 mil.
- (E) deficitário em R\$ 2.300 mil.

- 54.** De acordo com as tabelas, o valor total com despesas de capital foi de
- (A) R\$ 4.400 mil.
 - (B) R\$ 12.000 mil.
 - (C) R\$ 5.500 mil.
 - (D) R\$ 6.700 mil.
 - (E) R\$ 9.400 mil.
- 55.** Observando as tabelas, com relação aos limites de gastos de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o valor total do executivo que não poderá ser excedido é igual a
- (A) R\$ 18.700 mil.
 - (B) R\$ 16.570 mil.
 - (C) R\$ 15.697 mil.
 - (D) R\$ 17.442 mil.
 - (E) R\$ 15.550 mil.
- 56.** Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:
- (A) disponíveis para realização imediata.
 - (B) consignados em programas temáticos, estabelecidos no PPA.
 - (C) vinculados a operações especiais, do tipo serviço da dívida externa.
 - (D) disponíveis para realização no orçamento do ano seguinte, desde que previsto na LDO.
 - (E) com identificação do ente público beneficiado, por meio de funcional programática.
- 57.** Trata-se de renúncia de receita, em função da inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança. Esta espécie de renúncia denomina-se:
- (A) remissão.
 - (B) anistia.
 - (C) crédito presumido.
 - (D) isenção.
 - (E) perdão.
- 58.** Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de
- (A) não recolhimento da parcela do ICMS.
 - (B) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.
 - (C) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.
 - (D) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.
 - (E) preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.
- 59.** Uma despesa orçamentária efetiva é aquela que, no momento da sua realização,
- (A) não reduz a situação líquida patrimonial da entidade.
 - (B) constitui um fato contábil neutro.
 - (C) constitui um fato contábil modificativo diminutivo.
 - (D) constitui um fato contábil permutativo.
 - (E) constitui fato contábil modificativo aumentativo.
- 60.** Avaliar se as atividades das entidades do setor público estão de acordo com as normas que as regem e relatar o grau em que a entidade auditada cumpre com os critérios estabelecidos são objetivos da auditoria
- (A) financeira.
 - (B) de conformidade.
 - (C) patrimonial.
 - (D) operacional.
 - (E) de abrangência.

